

## As falhas na Fiscalização e o Descaso com as Agências Reguladoras<sup>1</sup>

José Roberto Nogueira<sup>2</sup>

Em janeiro deste ano escrevi o Artigo “Os Acidentes, as Tragédias e as Falhas de Fiscalização”. O artigo citou vários acontecimentos (Lojas Americanas, 123 Milhas, faltas de energia elétrica na cidade de São Paulo, transplantes no Rio de Janeiro e o desabamento da Ponte JK na divisa de TO/MA). O objetivo do artigo não era abordar as tragédias em si, mas mostrar que existem falhas nos Órgãos de Controle e Fiscalização, nas mais diversas áreas e setores da economia.

Se não todos, mas a maioria dos eventos citados em janeiro já foram esquecidos. Vão sendo esquecidos, pelo tempo, e, infelizmente, pelo surgimento de novos eventos.

De janeiro deste ano até o fim de junho já podemos listar alguns novos eventos: Queda de avião da Voepass (não citado no artigo de janeiro/25), Fraude no INSS, Seguro Defeso, Queda de Balão no município catarinense de Praia Grande, BPC e Universidade Gratuita em SC).

Em 24/06/2025 a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) cassou, em definitivo, o Certificado de Operador Aéreo (COA) da companhia aérea Voepass, mas a cassação só se deu dez meses após a tragédia ocorrida em 09/08/2024, quando um avião operado pela empresa caiu causando a morte de 62 pessoas (58 passageiros e quatro tripulantes).

Os descontos mensais de forma fraudulenta na folha de pagamento dos beneficiários do INSS mostra, no mínimo, uma falta de controle interno, mas pode haver muitos outros problemas.

Seguro Defeso. Fraude bilionária no seguro-defeso: “INSS paga benefício a milhares de pescadores-fantasma na Amazônia. O Tribunal de Contas da União (TCU) está conduzindo auditoria para calcular o montante exato dos pagamentos indevidos. As informações, por ora, seguem sob sigilo”.

A Queda de Balão no município catarinense de Praia Grande causando a morte de oito pessoas escancara um setor que carece de Fiscalização e Regulação. Como dito no artigo anterior, a necessidade de “FISCALIZAÇÃO” nasce antes da “REGULAÇÃO”. No caso do Balonismo, ainda não existe uma regulamentação completa, especialmente no que diz respeito à sua exploração comercial. O acidente do balão que ainda está sendo investigado mostra que houve falha de controle e fiscalização.

Benefício de Prestação Continuada – BPC. Gasto indevido com BPC é quase o triplo dos descontos da farrá do INSS. Enquanto a Polícia Federal investiu R\$6,3 bilhões na farrá do INSS descontados desde 2019, no BPC o valor irregular alcança R\$16,4 bi no período. Mais um caso de falta de controle interno e de fiscalização.

A Universidade gratuita em SC é um programa louvável do governo de SC. No entanto, o Governo não levou em conta a esperteza e má fé de uma parte da população que gosta de levar vantagem. Mas o olhar atento do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) “identificou que ao menos 18.383 alunos estão matriculados sob algum indício de irregularidade. Foi possível apurar que essas inconsistências podem indicar o valor em risco de R\$324 milhões” (Fonte: site do TCE-SC).

Em todos os casos citados acima houve falta ou falhas no Controle Interno e também falta e falhas na Fiscalização. É evidente que mesmo havendo Controle Interno e Fiscalização ainda poderá ocorrer incidentes, acidentes e tragédias, mas com Controle Interno eficiente e Fiscalização permanente os incidentes e acidentes serão minimizados.

Mas, vamos focar apenas nos setores regulados pelas 11 (onze) nas agências federal, que respondem por cerca de 80 % da economia formal do país.

É evidente que a criação das Agências foi um avanço significativo que o Brasil experimentou. É evidente também que as agências devem ser independentes. Para tanto, devem ter autonomia técnica e econômico-financeira. Mas infelizmente as agências ainda não são independentes. As Agências não conseguem ter os seus orçamentos anuais aprovados na íntegra, mesmo sendo superavitários sofrem cortes orçamentários por parte do Poder Executivo. E ainda sofrem contingenciamentos. O descaso do Governo é tão grande que as Agências não conseguem repor o quadro de servidores e nem as Diretorias.

Em recente audiência no Senado (08/07/2025), o representante do Tribunal de Contas da União (TCU) afirmou que os impactos da queda na atividade fiscalizatória das agências têm sido visíveis ano a ano. Ele explicou que, em alguns casos, a arrecadação da agência chega a seis vezes mais que o dinheiro destinado a ela. E defendeu a agência reguladora como uma entidade autônoma, independente e forte estruturalmente. O senador Marcos Rogério, presidente da Comissão de Infraestrutura, se comprometeu a lutar pela autonomia das agências junto ao TCU e ao próprio Senado. Um dos caminhos é dar andamento ao projeto de lei complementar do senador Laércio Oliveira, do PP do Ceará, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para impedir que o orçamento das agências esteja sujeito a contingenciamento. (Fonte: Agência Senado).

Este projeto lei, embora tardio, será um alento, mas ainda não resolve a causa raiz do problema. Numa solução estruturante, as próprias agências enviariam diretamente ao Senado os seus orçamentos, indicando as respectivas fontes dos proventos. Não há nenhuma razão para os orçamentos passarem pelo executivo. Não existe autonomia quando se tem o atrelamento do orçamento de uma agência a outro Poder. A contrapartida seria a cobrança por metas e resultados.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado pela Agência CanalEnergia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53318006/as-falhas-na-fiscalizacao-e-o-descaso-com-as-agencias-reguladoras> Acesso em: 29.07.2025

<sup>2</sup> José Roberto Nogueira é Engenheiro Eletricista e sócio proprietário da J Nogueira Engenharia.

A partir de uma reestruturação robusta, as Agências podem e devem se preparar para o efetivo cumprimento da lei, “fiscalizar permanentemente a prestação do serviço concedido” e se preparar para os novos desafios do futuro, que já chegou.

As agências, se fortalecendo e assim cumprindo a sua função, deixarão de serem alvos fáceis de críticas e vão se tornar, de fato, relevantes e imprescindíveis para a sociedade e para o país.